

# Ruínas e Rugosidades: revisão teórica de no âmbito da geografia *miltoniana*

Bruno Campos Moraes<sup>1</sup>  
Elis de Araújo Miranda<sup>2</sup>  
Marcelo Werner da Silva<sup>3</sup>

## GT3. A produção da cidade, redes, agentes e ações da periferia

### RESUMO:

Os conceitos de rugosidade e de ruína aparecem como centrais nas discussões sobre planejamento e gestão do espaço, especialmente nos estudos sobre patrimônio e sobre a refuncionalização de objetos geográficos. O conceito de rugosidades advém como um enigma na obra do geógrafo Milton Santos, mas nem sempre associado ao conceito de ruína. Entretendo, o conceito de ruína, bastante acessado no campo do Arquitetura e Urbanismo para designar objetos geográficos em degradação, sem uso ou abandonados. Neste sentido, a proposta do artigo é apresentar uma revisão teórica dos conceitos de ruína e de rugosidade no âmbito da obra do professor Milton Santos e identificar uma possível associação entre ruína e rugosidade, e, por fim, problematizar esses dois conceitos, visto que rugosidade, em parte, somente é encarada como forma geográfica quando refuncionalizada, o que não é o que defende o professor Milton Santos. A noção do espaço geográfico como “acumulação desigual de tempos”, expressão esta definida por Milton Santos orienta-nos a encontrar as dissonâncias existentes entre dois conceitos que tendem a ser utilizados como sinônimos, o que não o são.

**Palavras-chave:** rugosidade; ruína; Milton Santos; geografia.

### Introdução

Este artigo foi elaborado no contexto do projeto de pesquisa “Ruínas do Açúcar: transformações e permanências na paisagem de Campos dos Goytacazes”, que objetiva analisar as paisagens de Campos dos Goytacazes, identificando as permanências do período áureo da economia sucroalcooleira no município (1900-1920) e discutir as razões pelas quais a gestão pública e os agentes privados resistem em retirar da paisagem objetos em processo de degradação e abandono. Na observação das paisagens de Campos dos Goytacazes, identificam-se objetos advindos do passado e associados ao período histórico do auge da produção sucroalcooleira: são usinas de açúcar<sup>4</sup>, vilas operárias, igrejas e capelas, estradas de

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Membro do Grupo de Pesquisa Geohistória da Universidade Federal Fluminense. [brunocampos@id.uff.br](mailto:brunocampos@id.uff.br)

<sup>2</sup> Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF). [elismiranda@id.uff.br](mailto:elismiranda@id.uff.br)

<sup>3</sup> Geógrafo. Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG/UFF). [marcelows@id.uff.br](mailto:marcelows@id.uff.br)

<sup>4</sup> Segundo Paranhos (2006), na segunda metade do século XIX existiam 6 usinas de açúcar no norte-fluminense: Usina do Limão (1879), Usina do Queimado (1880), Usina São José (1883), Usina São João (1884), Usina Outeiro (1884) e Sapucaia (1884).

ferro, estações ferroviárias e galpões de armazenamento de mercadorias e propriedades rurais ou em áreas limítrofes com o espaço urbano que aparentam estar sem um uso produtivo, mas fazem parte da complexa herança Colonial e dos primeiros anos da República.

Parte das estruturas fabris e infraestruturas da produção açucareira de Campos dos Goytacazes, atualmente se encontram em ruínas. Percebe-se que havia a necessidade de apreensão desses objetos a partir de reflexões orientadas pelos conceitos de ruínas e de rugosidades para tentarmos entender as permanências de tais objetos e/ou o total apagamento de outros advindos do mesmo período histórico, mas associado a grupos sociais distintos. Nesse sentido, apresentamos a discussão referente aos conceitos de ruínas e de rugosidades, tendo por orientação teórica principal a obra do professor Milton Santos e pesquisadores que partiram de suas obras para elaborarem reflexões analíticas sobre o conceito de rugosidades, aqui complementado pela condição de ruína. Realizou-se, então, a associação com o conceito de ruínas, com as contribuições do campo do Planejamento Urbano e Regional, visto que a situação geográfica descrita acima se encontra em nível ou escala regional.

Tendo em vista que as rugosidades (Santos, 2012; 2014) são geralmente entendidas como objetos que tem uma função no presente, isto é, que foram refuncionalizadas<sup>5</sup>, surgiu então uma indagação: as rugosidades seriam apenas aquelas que teriam uma função econômica no presente? Ou a sua completa desfuncionalização e descaracterização fariam com que elas perdessem seu status espacial em função de sua inatividade? Ou, por estarem fixadas no espaço e fazendo parte de uma paisagem histórica, seriam consideradas rugosidades? Esta problematização tem como referência teórica principal a obra do geógrafo Milton Santos, que em seus escritos descreve a geografia como uma ciência do presente e mesmo do futuro: “Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro” (SANTOS, 2012).

Não obstante, Milton Santos apresentou a preocupação não somente com o futuro do homem, mas também com o processo geográfico-histórico, lida a partir do conceito de formação socioespacial (Santos, 2012).

---

<sup>5</sup> “(...) A obsolescência de formas antigas refuncionalizadas contrapõe-se à obsolescência programada, constituindo-se aquela em oposição à destruição criadora. Isto é particularmente relevante quando se considera a organização espacial, que apresenta formas datadas de momentos distintos, originando uma paisagem poligenética, com formas criadas em diferentes momentos, mas funcionalmente ativas. Milton Santos utiliza a metáfora da rugosidade, oriunda da geomorfologia, para se referir a essas formas refuncionalizadas” (CORRÊA, 2011).

As rugosidades do espaço e a sua manifestação em ruínas, compreendendo esta última como um caso específico de rugosidades, principalmente porque elas guardam uma relação com o tempo histórico e pelo seu aspecto arquitetônico ruinoso. Por definição, as rugosidades são as formas espaciais que são oriundas de estágios anteriores do modo de produção capitalista e, neste aspecto, são formas de expressão do tempo histórico do capitalismo. As ruínas, tanto as clássicas, da Antiguidade, tanto aquelas que pertencem a um recuo temporal mais curto, como as dos centros urbanos históricos que sofreram projetos de modernização, são rugosidades, pois estão intrinsecamente associadas ao movimento da totalidade do capital e apresentam uma resistência *Sui Generis*.

Como encontrar as minúcias que distinguem dois conceitos: rugosidades-ruínas? Como buscar sentidos em objetos que, em muitos casos, não participam efetivamente do processo social pela sua própria obsolescência, mas são mantidos na paisagem? Na busca de encontrar respostas para essas questões, organizamos o artigo nas seguintes sessões, a saber: a) problematizações interdisciplinares sobre rugosidade e ruína; b) sobre o conceito de rugosidades no âmbito da Geografia *miltoniana*; c) considerações finais; d) referências bibliográficas.

## **2. Problematizações interdisciplinares**

Para Milton Santos o conceito de rugosidades é apresentado em dois livros: *Por uma Geografia Nova* (1978) e *A Natureza do Espaço* (1996) e no livro *A Natureza do Espaço*. A partir das leituras desses livros, podemos afirmar que as rugosidades, em uma definição mais ampla, podem ser entendidas como as heranças do passado histórico que permanecem no presente. Elas apresentam os vestígios e estágios dos modos de produção anteriores que são observados nas paisagens atuais. Neste sentido, rugosidades veiculam técnicas de construções e trabalho, demonstram o estágio das forças produtivas dos períodos históricos e mostram como as produções humanas de infraestrutura se davam no espaço em diferentes tempos históricos. Mais precisamente “as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporados ao espaço” (SANTOS, 2012, p. 173).

Nas palavras de Santos,

“o que, na paisagem atual representa um tempo do passado, nem sempre é redutível ao tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas como conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação,

superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos” (SANTOS, 2014, p. 140).

Nas definições apresentadas identifica-se a relação com a constituição de uma paisagem histórica, de um processo complexo de permanência e alteração de formas espaciais, concluindo que a materialidade observada nas paisagens condensam em si, diversos tempos históricos, o que sugere para os pesquisadores do Planejamento Urbano e Regional e da Geografia questões relacionadas tanto ao valor histórico desses objetos, quanto aos valores simbólicos, além de problemas relacionados à função que esses objetos ocuparam no passado e ocupam no presente.

As rugosidades aparecem como um conceito de valorização espacial. Denota as transformações ocorridas em determinado espaço-tempo e apresenta arranjos que são constituídos por padrões espaciais dotados de historicidade. Abrem-se perspectivas para captar na própria paisagem uma condensação de formas de diversas temporalidades, o que necessariamente se relaciona também a objetos de períodos antigos que ainda fazem parte do espaço atual, tendo em vista uma evolução diferencial nas paisagens, produtos da história do planejamento do Estado, das classes sociais hegemônicas e também dos grupos sociais que resistem ao modo de produção dominante.

Em relação ao conceito de ruínas queremos qualificar os bens arquitetônicos que estão degradados e conseqüentemente descaracterizados em relação a sua forma inicial. Neste sentido, podemos discutir objetos que estão fora do seu tempo, pois resguardam resquícios de outros momentos, mas que resistiram ao longo do tempo por sua força de inércia ou por políticas de patrimonialização. Podemos enxergar pelo menos dois vieses na constituição do termo ruína(s). O primeiro refere-se às ruínas urbanas, dotadas de uma especificidade por abrigarem o meio urbano e serem provenientes de processos econômicos, sociais e políticos que fazem de um bem uma mercadoria ultrapassada, abandonada. O segundo refere-se às ruínas históricas, aqueles bens arquitetônicos que resguardam valor patrimonial e histórico-cultural. Para Rodrigues (2018) “os bens arruinados por anos de espoliações, intempéries e alterações num período que precede o reconhecimento de seu valor cultural constituem a fonte física (em alguns casos a única) de informações sobre técnicas construtivas, materiais, partes arquitetônicas, etc., e materializam a contraposição - e a coexistência - entre o que remanesce e o que perece”.

Uma das características que definem uma ruína é seu estatuto de uso. Pelas ruínas se identificarem por um alto grau de degradação, a função social do edifício fica comprometida. Porém há posições que destoam desta afirmação, pois existem monumentos que servem a uma função social mesmo que não seja uma função “prática”. Rodrigues (2017), em artigo onde traz importantes contribuições para a definição das ruínas com ênfase nas ruínas históricas e que são, em sua maioria, objetos patrimonializados traz referências para este debate:

O problema incorre na acepção do conceito de uso. Conforme menciona Serafini (2005), a própria concessão da insígnia de “monumento” contradiz a ideia de monumento “morto”, pois o bem, com sua reconfiguração espacial derivada do processo de arruinamento, estabelecem continuamente novas relações e passa a exercer um tipo de função social que pode ser meramente memorial (ainda que não estritamente “utilitária”). (RODRIGUES, 2017)

Embora a referência esteja associada ao conceito de “monumento”, que por si mesmo já denota uma apreciação ao seu valor histórico-cultural ou ideológico, cabe considerar que as ruínas complexificam o debate sobre as rugosidades, pois insere a problemática do uso ou função do objeto, ou seja, sua rearticulação com a área ou escala de influência do objeto (ou arranjo) está posta em questão. O que intensifica a relação entre o tempo histórico materializado nas paisagens arruinadas e a sua função no “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2014, p 21).

A partir dessas definições e problemáticas levantadas, existe a necessidade de se fazer uma conexão entre os dois conceitos para que se busquem alternativas quanto a compreensão dessa realidade geográfica que ora se apresenta nos centros urbanos com sua modernização incessante, ora em lugares mais longínquos, mas que não deixam de evidenciar aspectos da cultura e forma de organização social de determinado território, tendo em vista a sobreposição de agentes na construção de materialidades em diversos períodos da história.

### **3 – O conceito de Rugosidades no âmbito da Geografia Miltoniana**

Ao se referir às rugosidades, Santos (2014) comumente traz em seus escritos à noção de prático-inerte formulada por Sartre. O termo estaria ligado a uma “prática depositada nas coisas” (SANTOS, p. 140, 2014), isto é, uma força sócio-histórica que

condiciona e exerce influência sobre os homens, entre elas, as próprias criações humanas que retornaram aos homens. A noção *sartriana* é apropriada por Milton Santos e posteriormente lapidada, encontrando-se cristalizada no seu conceito de *inércia dinâmica*. Silveira (2006), em artigo onde defende uma “perspectiva existencial<sup>6</sup>” do espaço, explicita melhor a noção de prático-inerte:

O prático-inerte é o reflexo puramente objetivo do homem, isto é, a ação depositada nas coisas, algo que é mais ou menos externo ao homem, mas que lhe pertence. É a ação cristalizada nas formas materiais, nas formas jurídicas, nas formas culturais, nas formas morais. A atividade do homem retornada, como diz o próprio filósofo. (SILVEIRA, 2006)

Esse reflexo puramente objetivo do homem podem ser os próprios objetos fabricados culturalmente que estão dispostos na paisagem, no “espaço-paisagem” (SANTOS, p. 173, 2012). A ideia central, no caso das rugosidades, seria entender como o espaço construído afetaria as ações humanas no cotidiano e na reprodução do capital. Santos (2012, p. 185) define que com “*inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais”.

Neste mesmo livro, o autor ainda compreendia o espaço como sendo um fato, um fator e uma instância social, dando à mesma ênfase ao espaço que as demais estruturas, política, econômica e cultural. Santos (2012, p. 185) nos mostra exemplos dessa autonomia relativa:

“pela atração que as grandes cidades têm sobre a mão de obra potencial, pela atração do capital, pela superabundância de serviços, de infraestruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas.” (Santos, 2012, p. 185)

Enquanto o conceito de rugosidades contribui para a reflexão da objetividade do espaço, a noção de inércia dinâmica ajudaria a entender como essa objetividade do espaço (rugosidade) se impõe para a prática social e econômica. Logo, propõe-se a partir dessa definição de inércia dinâmica estabelecer a relação com o conceito de rugosidades. Souza (2013) entende construções, infraestruturas como rugosidades e

---

<sup>6</sup> “(...) o centro de uma geografia da existência é o espaço banal, onde cada ação se dá segundo seu tempo, mas todas elas têm lugar” (SILVEIRA, 2006).

faz a relação destas com a inércia dinâmica quando exemplifica a transição do novo para o velho:

O espaço material, com suas construções, com sua infraestrutura, exerce uma espécie de “inércia dinâmica”, para usar outra expressão empregada pelo mesmo autor (SANTOS, 1978:137). Em outras palavras, uma vez produzido dessa ou daquela forma, o espaço material condicionará as relações sociais, as atividades e os processos. Durante um certo tempo, tudo pode transcorrer muito bem; mas chegará a hora, mais cedo ou mais tarde, em que o “novo” passará a ser “velho”, e o que era um “avanço” passará a ser um “estorvo”. (SOUZA, 2013. p 173)

Não obstante, a noção de inércia dinâmica nos dá subsídio e complementa o conceito de rugosidades, não significando que ela esteja somente relacionada aos aspectos materiais do espaço, a autora compreende um conjunto de elementos que, no caso específico de uma metrópole, atraem diversos movimentos do capital e da sociedade em suas ações individuais e coletivas. E como iremos desenvolver nas próximas seções, o conceito de rugosidade está articulado não somente às formas, mas também aos seus conteúdos.

(...) Tornada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, do pleno direito, da dialética social. (...) Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, deste modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade (SANTOS, 2014, p. 126)

É interessante observar que Santos (2014) apresenta as rugosidades fazendo parte das categorias analíticas internas à Geografia: “A partir da noção do espaço como um sistema de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão do trabalho, espaço produzido ou produtivo, as *rugosidades* e as formas conteúdo” (SANTOS, p. 2014, p 22). Destaca-se a posição da categoria no sistema teórico do autor que, embora tenha mudado ao longo dos anos, este último sistema se estabeleceu como um marco na Geografia brasileira, o que pressupõe uma articulação entre as demais categorias, porém como não há espaço neste artigo para tal empreitada, fica-se apenas com o desenvolvimento da categoria rugosidades e suas aproximações indissociáveis.

Com precisão, o conceito de rugosidades, como nos alerta Souza (2013) e Vasconcelos (2020), foi um conceito influenciado pelas formas naturais do relevo, e assim sendo, tem como principal característica, o espaço “bruto” e sua influência nas relações que advêm do processo social. É interessante observar que a própria categoria rugosidade é oriunda da geomorfologia, pois como escreve Vasconcelos (2020) em livro intitulado *O Universo Conceitual de Milton Santos* que a expressão primeiramente foi formulada pelo geomorfólogo Jean Tricart, orientador de Milton Santos.

Em revisão de literatura elaborada por Oliveira (2016), o autor afirma que

“(...) o sentido de rugosidade espacial pode ser traduzida por uma noção referencial de barreira, ou seja, independentemente da matriz filosófica de pensamento, da disciplina, ou do método científico, a terminologia é sempre empregada no sentido de resistência, como obstáculo, empecilho, ou até mesmo distância”. (Oliveira, 2016)

Em seu livro *Por uma Geografia Nova*, Santos (2012, p. 260) defende que há “uma receptividade específica dos lugares, ocupados ou vazios, aos fluxos da modernização ou inovação.” Pedro Vasconcelos (2020), além de reproduzir toda sua estrutura conceitual desenvolvida em livro já referido, recupera a categoria rugosidade como “a expressão atual de uma acumulação de tempos reais”. Ou, ainda sobre o significado da categoria, agora em outra obra de “*Les villes du Tiers Monde*”, também de 1971, a rugosidade é descrita como uma “não integração do território, que tornaria difícil a especialização funcional” (SANTOS, 1971, *apud* VASCONCELOS, 2020, p. 152). Essa última citação é crucial porque remete a uma ideia central para se compreender as rugosidades: incidiria numa resistência das formas geográficas e seus conteúdos através de permanências no espaço geográfico.

Como já foi apresentado, as rugosidades fazem parte do “espaço-paisagem” e neste sentido busca-se uma também uma conexão entre a categoria paisagem e as rugosidades. Podemos encontrar um caminho fértil na interpretação das rugosidades se primeiro, nos atentarmos para uma diferenciação entre paisagem e espaço, sendo esta diferenciação uma chave importante para desvendar o conceito de rugosidades. Para exemplificar, o próprio autor nos fala sobre a bomba de nêutrons produzida durante a Guerra Fria:

Durante a Guerra Fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar a produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma



dada área, mas preservando todas as construções. O presidente Kennedy, anunciou levar esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos. (SANTOS, 2014, p.106)

As rugosidades estão contidas na materialidade da paisagem e participam do processo social ao serem incorporadas ao espaço, este sendo constituído através das transformações históricas produzidas pelo homem e sua relação com o meio, mediante a utilização de técnicas. A referência ao tempo histórico é contundente, portanto, ao analisarmos o conceito de rugosidades e projetá-lo em nossas análises, perceberemos que é na paisagem que está o contraste evidente entre as formas e objetos mais recentes e aqueles que são de outros momentos, ou mesmo de outra época do tempo histórico. O que sugere como é proposto pelo autor, um “tempo espacial” (SANTOS, 2012, p. 257) próprio a cada lugar.

O “tempo espacial” contém variáveis que são constituídas historicamente não abarcando apenas as formas espaciais que são oriundas de múltiplos tempos. Porém, a paisagem, talvez seja o componente que mais evidencia essa relação com o tempo histórico, originando assim o que Corrêa (2016) identificou como uma “paisagem poligenética”, isto é, uma paisagem que apresenta diversas origens e, estas origens, conseqüentemente produzidas em diversos momentos da história do modo de produção.

É possível indicar que o conceito de rugosidades ajuda no desnudamento das paisagens, compreendendo as diferentes formas que elas apresentam. Com isso, as rugosidades cristalizam a historicidade da paisagem, apresentam os diferentes momentos do modo de produção que está materializado na paisagem. Por exibir as marcas do tempo nos objetos geográficos, o conceito de rugosidades pode ser útil metodologicamente. Particularmente “[na] Geografia brasileira, (...), a noção é mais comum, utilizada justamente nas periodizações e análise das temporalidades materializadas nas paisagens” (OLIVEIRA, 2012, p. 46).

A paisagem, constituída e utilizada dessa maneira, torna-se espaço ao incorporar as relações sociais presentes no movimento da totalidade. Segue-se disso a produção de efeitos suscitados pela própria inércia dinâmica apresentada inicialmente, especificidade que faz do espaço material um importante lócus da análise de muitos lugares, regiões, territórios e formações socioespaciais. Emerge assim a relação entre rugosidades e espaço.

O espaço, portanto, é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 2012, p. 173)

Essa preocupação com a idade dos objetos no espaço que servem à reprodução da sociedade é proposta por se pensar que o espaço é condição para os processos futuros, isto é, que ele participa do movimento da sociedade e se impõe através de sua “autonomia de existência<sup>7</sup>”. A paisagem construída contém funções e essas funções são praticadas pelos grupos, pessoas que se utilizam do espaço, então, da mesma maneira que foi construída pela racionalidade humana, a objetividade espacial aparece pronta para receber e condicionar a ação projetada sobre ela, a paisagem. Segundo a geógrafa Adélia Souza (2019) identifica-se a “essência” do conceito de rugosidades em uma questão: a de “verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou como juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas”. É certo que áreas urbanas marcadas por edificações mais antigas, produtos de processos históricos de outros séculos, oferecem ao período contemporâneo diversas questões, e entre elas, a da preservação, conservação, patrimonialização desses objetos, o que suscita reflexões sobre o campo do Patrimônio, tendo em vista a gama de interesses envolvidos e que articulam diversas esferas como economia, cultura e política.

Para Godoy (2004), as rugosidades permitiriam uma compreensão melhor da noção de produção do espaço. Antes disso, o autor desenvolve o conceito de (des)construção do espaço, este seria um processo no qual implicaria uma supressão ou renovação das funções das rugosidades do espaço que estariam presentes nas “paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico (GODOY, 2004).” O fato de as rugosidades estarem associadas à uma resistência de certos objetos espaciais, isto é, a manutenção de sua forma e por vezes a função em um sistema que produz incessantemente transformações em seu modo de produzir, consumir e circular, tem-se um conflito entre as formas herdadas e a produção do espaço entendida como um

---

<sup>7</sup>(...) As formas espaciais, criadas por uma geração ou herdadas das procedentes, têm como característica singular o fato de que, *como forma material*, não dispõem de uma autonomia de comportamento, mas autonomia de existência” (SANTOS, 2012, p. 187).

processo contraditório da acumulação capitalista. Para demonstrar, o autor elenca dois elementos para compreensão da dimensão econômica do conceito de rugosidades: a seletividade do capital e o papel do Estado.

Sobre o primeiro aspecto, o autor retorna ao período da expansão marítima para estabelecer uma relação entre seletividade do capital e rugosidades:

Se o capital visa a obtenção de altos lucros a baixo custo, isso por si só, bastaria para imprimir-lhe o caráter de seletivo. Desse modo, poder-se-ia afirmar que desde a expansão marítima no século XVI, o capital mostrou-se seletivo na escolha dos lugares para sua reprodução e acumulação. Nesse caso, a alteração se deu em relação à capacidade de seletividade dada pelos meios técnicos de investigação e de reconhecimento de um número crescente de lugares e condições materiais e imateriais para a acumulação capitalista. (GODOY, 2004)

Um exemplo que pode iluminar esse aspecto da seletividade do capital seria o conflito histórico dos Mapuche no sul do Chile, envolvendo principalmente a expropriação de terras comunais durante o período colonial e que se seguiu no governo Pinochet. No governo ditatorial deste último estabeleceu-se subsídios às firmas florestais (GUZMAN; VERGARA; 2010), o que incidiu no processo de expropriação dos territórios seculares, repercutindo na forma de organização social e espacial que se constituíam e se constituem materialmente através das “ruka” que, nas palavras de Arenas e Galarce (2018): “más allá de una casa, es un acto colectivo (...)”. Nesse sentido, pensa-se que o capitalismo, agora em sua versão neoliberal pode vir a suprimir as rugosidades historicamente construídas a partir de sua lógica de seletividade e exploração dos recursos naturais e territórios históricos.

Em relação ao papel do Estado o autor relaciona as rugosidades, principalmente, com o movimento de organização espacial produzido pelo fordismo, o qual implicou a supressão das rugosidades espaciais através da (des)construção do espaço, e para isso, diferentemente do período escolhido para exemplificar a seletividade do capital, o autor se volta para o século XX:

Durante todo o século XX, em grande parte dos países capitalistas e, particularmente no Brasil, as condições objetivas de reprodução social do capital foram produzidas através do Estado. A produção dessas condições resultou, para os fins que se pretendeu nesta reflexão, em supressão das ‘rugosidades’ através da (des)construção das paisagens herdadas e da reorganização dos fluxos de bens, de capitais e de pessoas. (GODOY, 2004)

Isto pode ser compreendido através da produção de infraestruturas das vias integrativas de todo território nacional alavancando pelo rodoviarismo, pois “a opção pela indústria automotiva e pelo modal rodoviário implicou na implantação de

estratégias estatais que contribuíram para a desativação de parcela da malha ferroviária nacional (...)” (NUNES, 2011). Mais concretamente no espaço urbano, outro processo que se evidencia e é notado constantemente, é o alargamento de avenidas e ruas das cidades, incluindo nesse processo demolições e reestruturações nas vias de circulação. Essa tendência se verifica justamente pelas transformações do capitalismo, que necessita cada vez mais de um espaço onde a fluidez e a circulação das mercadorias, pessoas e capitais se deem com mais facilidade de rotação.

É interessante observar que as rugosidades entram em conflito justamente pela necessidade das condições de reprodução do capitalismo. A paisagem sofre alterações em sua composição, se imprime novas formas materiais, o que produz na cidade um ambiente extremamente complexo. As rugosidades exprimem em sua essência, a situação da divisão social e territorial do trabalho que, por sua vez, revelam as diferentes camadas sobrepostas, uma “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, p 256, 2012).

Porém, todas essas transformações ocorrem com planejamento, e esse planejamento permite que alguns grupos se apoderem do espaço público. Para Godoy (2004) “o fato, entretanto, da seletividade do capital não ser espontânea e sim planejada, contando com meios eficazes de pesquisa e de avaliação das condições materiais e de possibilidades de investimentos, faz com que o processo de (des)construção do espaço apresente-se como apropriação do espaço público pelas funções e necessidades do capital privado.”

Mas, há forças de resistência. Com as rugosidades temos a expressão das historicidades do lugar, o que permite uma outra valorização do cotidiano, “na rugosidade, coexistem grilhões, que podem surgir como ordens acumuladas, segregações, formas de controle social, modernizações parciais e excludentes, e recursos que possibilitam a ação do homem lento” (RIBEIRO, 2013). A autora compreende numa outra expressão produzida por Milton Santos, o “homem lento”, uma maneira de se resistir frente ao processo de planejamento direcionado pelos interesses do capital na cidade, vide as “modernizações parciais e excludentes”, onde o “homem lento” e sua temporalidade distinta da vida na cidade pode resistir a esses processos hegemônicos de produção e reprodução do espaço.

Para Ribeiro (2013 ),

o conceito é um resultado de um investimento teórico dedicado à valorização do poder de determinação detido pelo espaço e, portanto, à causalidade espacial da

dinâmica econômica, sócio-política e cultural. Este conceito obriga à consideração da autonomia relativa da instância espacial na estrutura das formações sociais e, assim, nas possibilidades históricas de sua transformação. (RIBEIRO, 2013)

Quando se refere à “causalidade espacial”, isto é, à influência que os resquícios do passado do espaço e das rugosidades causam no presente, como conformação de sua realidade, a autora diz que há “marcas, memórias”<sup>8</sup>, “sobrevivências”<sup>9</sup> nestes espaços. É com isso que pode haver a inclusão na discussão sobre as rugosidades os efeitos que suscitam no cotidiano e na subjetividade dos indivíduos, pois estes revelam pertencimento a esses espaços, o que contribui para a resistência de muitos lugares, contrapondo-se às investidas do capital que destruindo e demolindo buscam novas possibilidades de acumulação.

E nesse confronto, ela chama a atenção para a necessidade de um trabalho interdisciplinar,

O reconhecimento da rugosidade, nas grandes cidades, impõe um trabalho interdisciplinar dedicado à diacronia, manifesta nos diferentes tempos contidos na materialidade urbana, e à sincronia produzida pela ação, mais ou menos eficaz para diferentes sujeitos e atores sociais. Neste trabalho, será necessário considerar efeitos e sentidos dos objetos urbanos e, ainda, os encaixes (e desencaixes) produzidos pela ação social em cada período histórico e em cada conjuntura urbana mais significativa. (RIBEIRO, 2013)

O trabalho interdisciplinar imposto aos estudos das rugosidades implica não somente em uma articulação de áreas distintas do saber, mas também abarcam problemáticas que estão além das próprias áreas da Arquitetura e Urbanismo e da Geografia, pois é necessário, como adverte a socióloga “considerar os efeitos e sentidos dos objetos urbanos”, isto é, temos de compreender que os “sentidos” ora se apresentam como Ideologia de uma classe específica, ora como parte do próprio imaginário social produzido pelo Estado em políticas de patrimonialização de bens e arranjos arquitetônicos, ou como querem, desejam e lutam outros, um sentido de resistência a incessante modernização catalisada no processo de desenvolvimento tecnológico do atual estágio do capitalismo. É a partir dessas constatações que buscar-se-á uma

---

<sup>8</sup> “Na rugosidade, também podem ser reconhecidas as marcas dos futuros do pretérito, trabalhados por Benjamin; marcas que, não raramente, comparecem como ausências, o que deveria estar ali e não mais está ou que deveria ter estado que nunca esteve lá. Há causalidade na rugosidade, assim como, delimitação da ação possível. A rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias” (RIBEIRO, 2013).

<sup>9</sup> “Sem ela, não existiriam sobrevivências que particularizam e singularizam as formações sociais e, especialmente, os lugares” (RIBEIRO, 2013).

articulação com as rugosidades e as ruínas, para melhor se compreender os processos de valorização e desvalorização de objetos espaciais. Mas, primeiro apresentaremos o que Oliveira (2016) chamou de “rugosidades patrimoniais”, para depois, então, relacioná-las às ruínas que, ora se apresentam numa perspectiva patrimonial, ora em uma perspectiva ligada à resistência de arranjos e formas arquitetônicas degradadas. Trataremos sobre as “rugosidades patrimoniais” em outro artigo, visto que este tema também demanda de uma revisão entre os autores do campo do planejamento urbano, da arquitetura e urbanismo em especial entre os estudiosos da relação entre espaço, memória e história.

## **6. Considerações Finais**

A origem destas reflexões culmina em três problemáticas principais, a saber. A associação entre rugosidades e ruínas se faz coerente, visto a definição ampla da categoria rugosidades na obra de Milton Santos, tendo como principal componente, a nosso ver, o seu fundamento material, isto é, em primeira instância as rugosidades são apreendidas na paisagem concreta, sendo elas oriundas de múltiplos períodos históricos, enquadrando, assim, às ruínas, tanto àquelas que foram produzidas em um recuo temporal maior, quanto às que se degradam ao longo do tempo devido à sua inatividade ou obsolescência funcional mediante causas políticas, econômicas, sociais ou mesmo cultural, dado que, as ruínas urbanas, em específico, parecem transmitir certa repulsa estética aos observadores que não as contemplam.

O conceito de rugosidades, proposto e desenvolvido ao longo da obra de Milton Santos, pode ser entendido, em princípio, como formas espaciais materiais que são produzidos ao longo do processo de estruturação capitalista no espaço, tendo ênfase àquelas que são de outros estágios, mas que permanecem e resistem aos processos de acumulação, supressão e superposição, como inicialmente propostos e não desenvolvido pelo autor. A partir de sua resistência e condicionamento ao movimento social, tendo como corolário o fato de resguardar valores geográfico-históricos intrínsecos a sua própria formação, as rugosidades do espaço geográfico podem ser objetos-alvo das políticas de patrimonialização, visto a trilogia de categorias proposta e desenvolvida por Oliveira (2016) propondo o conceito de rugosidades patrimoniais. As ruínas, ao mesmo tempo, que também são objetos-alvo da patrimonialização (como foi mencionado na classificação de Rodrigues (2018) sobre as “ruínas do

tempo”), também são negligenciadas, principalmente àquelas que estão localizadas nos centros urbanos ou, como apresentamos brevemente, no caso específico da região norte-fluminense e nas áreas adjacentes ao Pelourinho. O “simples” passar do tempo pode intensificar o processo de arruinamento e a questão do restauro ou do *status quo* se impõe para a Arquitetura (RODRIGUES, 2019), tanto para as populações que se utilizam desses edifícios e conjuntos para fins de habitação.

Pensando na valorização desses objetos espaciais do passado presentes na paisagem atual, Abreu (1998) nos adverte sobre a a valorização do passado, ou do que sobrou dele na paisagem (...) se dá hoje de forma generalizada no mundo e implica numa reflexão crítica sobre as práticas da patrimonialização que, de certo modo, estão relacionadas à prática política do planejamento urbano e regional e nas orientações ideológicas de projetos de intervenção territorial que pregam a “revitalização” de áreas urbanas, sem no entanto, reconhecerem que mesmo diante de ruínas ou de rugosidades espaciais há sujeitos sociais associados a essas foras concretas.

## 7. Referências bibliográficas

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras — Geografia** 1, Porto, série, v. XIX, p. 77-97, 1998.

ARENAS, R. Z; GALARCE, F. E. Rugosidades en el espacio mapuche: significados en la construcción de lugar. **Tríades**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 66-81, 2018. Disponível em: <https://tríades.emnuvens.com.br/tríades/article/view/148>. Acesso em: 01/04/2022.

BAPTISTA, M. V; GUZMAN, S. C. As políticas públicas e a questão territorial do povo Mapuche: uma análise comparativa dos governos Allende, Pinochet e a nova democracia. **O Público e o Privado**, Ceará, v. 8, n. 16, p. 13-29, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2441>. Acesso em: 01/04/2022.

BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. São Paulo: Autêntica, 2012.

CANETTIERI, T. **A Condição Periférica**: Uma crítica da economia política do Espaço em Paralaxe. 2019. 404f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CATALANI, F. **Filosofia moral no mundo do pós-guerra**: Estudo sobre Adorno. 2019. 180f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. 427f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORRÊA, R. L. Organização do Espaço: Dimensões, Processo, Forma e Significados. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, jan. 2011.

NUNES, I. Acumulação de capitais e Sistemas de Transporte no Brasil. In: FILHO, A G.; QUEIROZ, P. R. C. (org.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. 1º ed. Dourados: UFGD, 2011. 426p.

FORTUNA, C. A Paisagem da Ruína Urbana. In: **Paisagens Socioculturais Contemporâneas**. Coimbra: Cescontexto. n, 12, p. 5-9, 2015. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=13081>. Acesso em: 01/04/2022.

GODOY, P. R. T. Uma reflexão sobre a produção do Espaço. **Estudos Geográficos**, (UNESP) Rio Claro, v. 2, n.1, p. 29-42, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/289>. Acesso em: 01/04/2022.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10º ed. São Paulo: Ática, 2014. 200p

JUNIOR, O. A. W. A patrimonialização do caos: as ruínas da Bahia de Todos os Santos. **PROA: Revista de Antropologia e Arte**, v.1, n. 7, p. 10-27, 2017. Disponível em: <https://www3.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2873>. Acesso em: 01/04/2022.

LIRA; J. T. C. De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves. **Revista Redobra**, n. 12, p. 168-179, 2013. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/?page\\_id=157](http://www.redobra.ufba.br/?page_id=157). Acesso em: 01/04/2022.

MEIRA, R. B. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas**: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, A. M. Revisitando as ruínas urbanas. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2007, Belém/PA. **ANais DO XII ENANPUR**, v. 12, n. 1, 2007. Publicado em 2019-04-07. Evento realizado do 21 a 25 de maio de 2007.

MIRANDA, E. A; SILVA, R. P. P. Transformações na Paisagem da região Norte Fluminense: As Ruínas da Usina de Cana de Açúcar e Álcool de Pureza em São Fidélis (RJ). **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 12, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabilis/5586>. Acesso em: 01/04/2022.

NUNES, I. Acumulação de capitais e Sistemas de Transporte no Brasil. In: FILHO, A G.; QUEIROZ, P. R. C. (org.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. 1º ed. Dourados: UFGD, 2011. 426p.



OLIVEIRA, R. F. **De aldeamento jesuítico à periferia metropolitana**: Carapicuíba-SP como rugosidade patrimonial. 2016. 378f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

OLIVEIRA, R. F. Rugosidade: conceito geográfico para pensar o patrimônio cultural. XVIII ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA POLÍTICA E DEMOCRACIA. 2016, São Luís/MA. **ANAIS ELETRÔNICOS, EIXO TEMÁTICO: CIDADE/ URBANO**. Evento realizado de 24 a 30 de junho de 2016.

PASSOS, H. S. **Da usina do queimado aos bairros residenciais**: mudanças e permanências na paisagem de Campos dos Goytacazes. 2018. 88f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento e Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

PARANHOS, P. O açúcar no Norte-Fluminense. In: **Revista Histórica Online**, n. 8, 2006: Arquivo Público Estadual de São Paulo. São Paulo, 2006.

PITASSE, M. RJ: Justiça destina à reforma agrária usina onde corpos foram incinerados na ditadura. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro (RJ), 24 de junho de 2021, Direitos Humanos. Disponível em: [brasildefato.com.br/2021/06/03/rj-justica-destina-a-reforma-agraria-usina-onde-corpos-foram-incinerados-na-ditadura](http://brasildefato.com.br/2021/06/03/rj-justica-destina-a-reforma-agraria-usina-onde-corpos-foram-incinerados-na-ditadura). Acesso em: 02/04/2022.

Direção Estadual do MST no Rio de Janeiro. Porque ocupamos as terras da usina do Cambahyba? Site do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Notícias. 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/06/24/por-que-ocupamos-as-terras-da-usina-cambahyba/>. Acesso em: 02/04/2022.

RODRIGUES, A. R. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 24, p. 9-34, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/137955>. Acesso em: 01/04/2022.

RODRIGUES, A. R. Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento. **VIRUS**, São Carlos, n. 16, 2018a. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 01/04/2022.

RODRIGUES, A. R. O Museu Nacional do Rio de Janeiro. Algumas asserções sobre as ruínas da incuria e do incidente. **Revista Restauro**, São Paulo, v. 2, p. 1-9, 2018b. Disponível em: <https://revistarestauro.com.br/o-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-algumas-assercoes-sobre-as-ruinas-da-incuria-e-do-incidente/>. Acesso em: 01/04/2022.

RIBEIRO, A. C. T. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **Revista Redobra**, n. 9, p. 58-72, 2012. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/?page\\_id=2](http://www.redobra.ufba.br/?page_id=2). Acesso em: 01/04/2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2014. 392p. (Coleção Milton Santos; 1)

\_\_\_\_\_. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 113p.

\_\_\_\_\_. **O Centro da Cidade de Salvador**. 2º ed. São Paulo/Salvador: Edusp; Edufba, 2008. 208p. (Coleção Milton Santos; 13)

\_\_\_\_\_. **Por Uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp, 2012. 288p. (Coleção Milton Santos; 2)

SILVEIRA, M. L. O Espaço Geográfico: da perspectiva Geométrica à perspectiva Existencial. **Geosp, Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 81-91, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/73991>. Acesso em: 01/04/2022.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **Revista Latino Americana e Caribenha de Geografia e Humanidades**. vol. 2, n. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>. Acesso em: 01/04/2022.

SOUZA, M. J. L. Espaciologia: uma objeção. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 72-93, 1986. Disponível em: <https://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/2144>. Acesso em: 01/04/2022.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

VASCONCELOS, P. A. **O Universo conceitual de Milton Santos**. 1º ed. Curitiba: CRV, 2020. 218p.